

sócio correspondente que instituições congêneres, como a Academia Paulista de Letras e a Academia de Letras do Triângulo Mineiro, lhe têm outorgado. Outros postos tem exercido e outras honras tem recebido, que seria longo enumerar. A lista dos seus livros e opúsculos vai, praticamente, a duas dezenas, e o que primeiro se depreende dela é o cuidado, o carinho do autor em reviver fatos e figuras da sua província. Ora, são trabalhos de síntese como a *Pequena História do Maranhão*, já em sexta edição, uma outra *História do Maranhão*, o *Panorama da Literatura Maranhense*, o *São Luis, cidade dos azulejos*, etc., ora trabalhos de pesquisa e análise sobre Gonçalves Dias, sobre Catulo, sobre Melo e Póvoas. Tudo isso evidencia como é ilustre o visitante que recebemos hoje, o conferencista que vamos ouvir dentro em pouco. E dá-lhe uma autoridade especial no assunto que nos congrega aqui, a circunstância de ter no prelo, precisamente, uma *História da Independência no Maranhão*.

Sob sua guia, iremos agora penetrar em um terreno que não nos é certamente muito familiar.

Pois, aquele isolamento a que aludi no começo e cujo primeiro aspecto é o não estarmos a par do esforço da cultura não raras vezes intenso e fecundo que se leva a efeito nos outros Estados ao redor de nós, dilata-se para o passado. Ou vem do passado, desde muito. As nossas diferentes histórias regionais desconhecem-se mutuamente, mesmo quando envolvem uma colaboração que chega, aqui e ali, a ser heróica. O passado característico de cada um dos nossos núcleos humanos tem-se deixado absorver pela crônica que se diria oficial, a das capitais sucessivas ou dos polos influentes — o que talvez aumente em nós o sentido de unidade mas seria bom que não se acentuasse tanto a ponto de se fazer uma espécie de mutilação ou de apagamento.

O objetivo das duas entidades que se associaram para promover este curso sobre o Nordeste e a Independência, é justamente corrigir ou atenuar essa falha. A contribuição que hoje vai ser oferecida a semelhante empenho, marcar-se-á, sem dúvida, pela competência do Prof. Mário Martins Meireles a quem saúdo em nome da Comissão promotora, e pela importância que tem em nossos fastos brasileiros a gente do Maranhão que ele não somente estuda mas representa com brilho excepcional. — LUIZ DELGADO

A adesão do Maranhão à Independência do Brasil

PROF. MÁRIO M. MEIRELES

Praticamente dez meses durou a luta armada no extremo nordeste, para que o Maranhão, aderindo à Independência, se integrasse no Império.

Rigorosamente, contar-se-á essa luta de 19 de outubro de 1822, dia em que a vila de São João da Barra do Parnaíba, na vizinha província do Piauí, se sublevou e aderiu à causa do Brasil, provocando a imediata intervenção da Junta de São Luis que, com o envio do brigue-de-guerra “Infante Dom Miguel”, fez abortar esse primeiro levante chefiado pelo Coronel Simplício Dias da Silva e pelo Dr. João Cândido de Deus e Silva — até 3 de agosto de 1823, data em que, após a deposição das armas, três dias antes, pelos portugueses que defendiam Caxias das Aldeias-Altas, fez-se a proclamação última de adesão em terras maranhenses.

Luta renhida, disputada e sangrenta, em que os atos de heroísmo e de desprendimento, mas igualmente de barbárie e de vingança, se contaram de parte a parte.

No curso dela, assumem maior relevo, de início, a batalha do Jenipapo, em Campo-Maior, no Piauí, a 13 de março de 1823, em a qual se empenharam, com superioridade quantitativa de quase o dobro para os brasileiros, mas com grande vantagem qualitativa de soldados de linha e de equipamento para os portugueses, de quatro a cinco mil homens (1), estes comandados pelo bravo e competente Major João José da Cunha Fidié e aqueles — piauienses, cearenses, pernambucanos e maranhenses — pelo Major Luis Rodrigues Chaves, a cuja *incúria e pouca habilidade* se atribui a derrota que sofreu; e, por fim, no cerco de Caxias, longo de quase três meses, a batalha do

Morro das Tabocas, hoje chamado do Alecrim, em memória de um de nossos mais destemidos comandantes — o Capitão João da Costa Alecrim, e em que os nacionais, acabando por exceder de dez vezes, ou mais, os comandados de Fidié, levaram-no à capitulação com os quatrocentos homens que sobraram das muitas baixas e deserções que lhe desfalcaram as fibras (2).

No Jenipapo a vitória foi dos lusitanos. Vitória fácil em que os improvisados soldados do Império, crentes de que para vencer bastariam o ideal e a coragem, deixaram-se ceifar, às centenas, pela bateria de canhões com que o inimigo dominara estrategicamente o campo, mas que durou quatro longas horas, das nove da manhã às duas da tarde, porque só a exaustão do desespero de uma luta desigual, sob sol causticante, convenceu-os de que acabariam todos por morrer inútil e ingloriamente. Vitória de Pirro, no entanto, porque, no aceso da refrega e na confusão da debandada da derrota, um comandante brasileiro, o Capitão Alexandre Pereira Nereu, logrou, num golpe de sorte, apoderar-se de todo o trem de bagagem do exército luso, com ele fugindo para o Ceará; e Fidié, deixado sem armas sobressalentes, sem munição e sem mantimentos, teve, embora vencedor, que bater em retirada e, ao invés de marchar adiante contra Oeiras, a capital piauiense, onde o futuro Visconde de Parnaíba (3) já dera o brado de Independência (24.01.1823), atravessou a fronteira, voltando atrás para se deixar em prudente defensiva, acampado na margem maranhense do rio limítrofe.

No Morro das Tabocas, a vitória, final dentre outras muitas que se sucederam após aquele primeiro revés, seria dos nossos. Batalha de muitos combates, desde o primeiro, o do Bonfim, a 25 de maio, até o último, o do Atoleiro, de 17 a 19 de julho, em que os milhares de brasileiros mal armados, em sua maioria empunhando foices e chugos, facões e machados — *hordas de índios maltrapilhos e esfomeados*, diria depois Cochrane para, minimizando-lhes o esforço, roubar-lhes os louros da campanha vitoriosa — enfrentaram, com galhardia e coragem, a metralha que vinte canhões vomitavam do alto dia e noite, e repeliram as insistentes e inúteis tentativas do rompimento do cerco por parte daquelas poucas centenas de desesperados

e heróicos portugueses que, exaustos, acabariam por se lhes render incondicionalmente.

Há nessa luta, como em qualquer outra, pois que nelas muitos se empenharam, menos por patriotismo ou ideal, que a serviço de inconfessáveis ambições ou do propósito de simples vingança, páginas vergonhosas e lamentáveis, fruto do desenfreamento dos baixos instintos, e que melhor seria não as houvesse a História preservado em seus arquivos.

Por exemplo, e para citar uma única, a do bárbaro assassinio do Major Francisco de Paula Ribeiro, comandante realista do distrito de São Bento de Pastos-Bons, no Maranhão, que, batido duas vezes e feito prisioneiro, foi acorrentado como um galé ou um negro escravo fugido e assim indefeso, de argola ao pescoço e montado em uma cangalha, foi cruelmente morto à traição por seu condutor, na ânsia de lhe roubar o dinheiro que, diziam, levava consigo; e esse homem não era só um brilhante militar que por merecimento conquistara seus galões, como um arguto e inteligente estudioso que legou à posteridade não poucos trabalhos em que deixou registrado o fruto de suas devotadas observações sobre a terra em que viera servir e sobre a gente com que viera conviver (4). A justiça da História, porém, se fez com, embora contrário à causa do Brasil, que leal português ele era, incluí-lo na galeria dos escritores primeiros da terra a que ele soube amar e a que serviu com carinho e desinteresse; e, por outro lado, com procurar esquecer o nome daquele fazendeiro bronco e rude que, perdido no mais distante de nossos sertões, se intitulava, ao entusiasmo de sua ignorância e estupidez, de “Presidente da Independência”, e que consentiu, ou autorizou, o desnecessário e imperdoável sacrifício do contendor ilustre que, vencido, se lhe entregara confiado no respeito às leis da guerra.

Há todavia, nem poderia deixar de havê-las, páginas edificantes e exemplares que, essas sim, merecem rememoração constante.

De uma delas, para igualmente um só exemplo, deixou-nos testemunho insuspeito o próprio Major Fidié que, em suas me-

mórias, na “Varia Fortuna de um Soldado Português”, nos conta que, já vencido e aprisionado, e porque não lhe houvesse restado um só real após a árdua e demorada campanha, recebeu dos comandantes brasileiros, que para isso se cotizaram, o quanto necessário a sua manutenção e à preservação de dignidade de seu alto cargo de Comandante-das-Armas do Piauí para que El-Rei o nomeara, até que fosse transportado para o Rio de Janeiro e posto à disposição de Sua Majestade Imperial, que de lá o faria repatriar. E o que, estamos absolutamente convictos, não foi mais que, além de cavalheiresca, uma inequívoca demonstração, da parte dos que o enfrentaram e combateram, de reconhecimentos a sua bravura de soldado e sua fidelidade aos juramentos prestados.

Dissemos de começo, e ora o acentuamos, que cerca de dez meses — ou, para sermos mais exatos, nove meses e dezesseis dias — durou a luta armada para que o Maranhão, aderindo finalmente à causa da Independência, se incorporasse ao Império e, conseqüentemente, se integrasse na comunhão da nacionalidade brasileira. E, sem dúvida, essa prolongada demora em fazê-lo — quase um ano! — e só depois de porfiada e sangüinolenta disputa que custou uns poucos de milhares de vidas para ambos os lados, provoca-nos a indagação de porque assim teria acontecido.

Tê-lo-ia sido tão só porque os maranhenses, em sua maioria, fossem legitimamente contrários à causa da emancipação, tanto mais que é verdade que o impulso e a ofensiva para a adesão lhes vieram do sertão para o litoral, do interior para a capital, e partindo do Piauí, além fronteira? Ou forçada e simplesmente pela presença, na província e principalmente na capital, da força militar de que dispunha a Junta Provisória e Administrativa que, em decorrência da Revolução Constitucionalista do Porto, de agosto de 1820, substituíra o nosso último Governador e Capitão-General (5), e que era presidida pelo Bispo D. Frei Joaquim de N. S. de Nazaré e comandada pelo veterano Marechal-de-Campo Agostinho Antônio de Faria?

A nosso ver, para bem respondermos ao porquê da indagação formulada, haveremos de considerar, preliminarmente, duas

circunstâncias factuais e concorrentes: uma no campo sócio-econômico, outra no campo político-administrativo.

Raimundo de Sousa Gaioso, argentino naturalizado português e que viveu exilado no Maranhão o último quartel de sua existência, deixou-nos, escrita em 1813, uma primeira tentativa de história econômica da região — “Compêndio Histórico-Político dos Princípios da Lavoura do Maranhão” (6) — em a qual, analisando a estruturação de nossa sociedade provincial, acentua que, das cinco classes em que a divide — *filhos do reino, nacionais, geração misturada, negros e índios* — as duas primeiras, as que superiores e rivais, viviam completamente apartadas. Aliás, a própria nomeação delas, como o fez, demonstra-o: *filhos do reino* eram os nascidos na Europa — os maranhenses seus descendentes, e de *geração não misturada*, eram os *nacionais*, como se o Maranhão constituísse nação à parte e não integrasse o Reino cuja sede, ao tempo, estava no Brasil.

Aqueles, os metropolitanos, dominavam a pública administração com terem a prática exclusividade dos cargos de governo, de fazenda e de justiça e dos postos militares de comando, bem assim o monopólio do comércio a grosso, ressaltado o de exportação que dividiam com os ingleses e o de importação de artigos de luxo que era dos franceses; aos nacionais era deixado apenas a disputa da vereança nos Senados das Câmaras, em os quais acabariam, já que dominando quantitativamente na população, por se fazer os únicos, inclusive em São Luis.

Estes, os maranhenses, excluídos praticamente da alta administração, dedicavam-se principalmente à exploração de vastíssimas fazendas, de algodão e de arroz na região da Baixada e de gado vacum no alto Sertão, e o que, proporcionando-lhes vida fácil e de abundância, os fazia *mais inclinados ao gozo que ao trabalho*, na observação de Spix e Martius, e, naturalmente, objeto da inveja daqueles outros que tinham emigrado do Reino para enriquecer mas que ainda não tinham tido tempo ou oportunidade de conseguí-lo.

Os reinóis eram as autoridades, ou funcionários, os grandes comerciantes e, em sua maior parte, os caixeiros e os solda-

dos de linha, como então se dizia da tropa regular; por aquilo e por isto, constituídos de uma minoria jatanciosa, desabusada e prepotente e de uma maioria rude, inculta e mal educada. Os da terra eram os ricos fazendeiros, senhores de muitos escravos, às vezes contados em mais de um milhar, com residências apalacetadas em São Luis e em Alcântara e que desde havia algum tempo tinham adquirido o hábito de mandar educar os filhos na Europa — as moças em Lisboa ou no Porto, de onde voltavam sabendo apreciar as belas letras, o belcanto e a música que elas próprias dedilhavam ao piano, e os rapazes em França, na Inglaterra ou na Alemanha, de onde retornavam sabendo ler e falar línguas estranhas e bacharéis ou doutores em cânones, em leis, em medicina, em pontes e calçadas...

Tamanha a distância e tão acre a animosidade já se haviam feito entre as duas classes que era corrente ao tempo, pelo envenenamento do ambiente, a quadrinha popular que a tradição conservou:

Marinheiro, pé de chumbo,
Calcanhar de requeijão,
Quem te deu a ousadia
De casar no Maranhão!

Achava Gaioso, no entanto, que da separação entre as duas classes *nenhum prejuízo tem resultado, nem pode resultar ao sossego da capitania, tanto pela boa índole dos nacionais, como porque esse recíproco ciúme embarçará sempre que se unam, em detrimento dos interesses da metrópole.*

De opinião diversa, porém, foram aqueles dois naturalistas bávaros, Spix e Martius (7), trazidos à América por D. Leopoldina e que visitaram o então reino às vésperas da Independência — de 1817 a 1820. Depois de se mostrarem surpresos com o refinamento da sociedade local, especialmente no que tocava ao elemento feminino, isso porque as maranhenses, além de modestas e virtuosas, como o testificam, eram dotadas de um *espírito ilustrado por muitos conhecimentos e de uma independência cheia de dignidade que lhes dava o direito de imprimir sua*

influência na sociedade..., concluíram, quanto àquela cisão da sociedade, que *quando se conhecem os elementos que se chocam, nada parece mais natural do que esse estado de coisas. Conserva-se viva, acentuaram por fim, a tensão dos ânimos até que qualquer causa desperte em chamas essas fagulhas mal acesas da desunião.*

Postos assim em campos antagônicos e com interesses opostos, como antes observara Gaioso, seria natural que, à primeira chispa, como o disseram Spix e Martius, o incêndio entre as duas classes se ateasse e terminasse por se alastrar em guerra civil de imprevisíveis consequências. E não obstante esse estado de ânimo, ou essa predisposição, já se houvesse manifestado em hostilidade aberta e violenta como efeito do reflexo, na província, da Revolução Constitucionalista do Porto, o Grito do Ipiranga, que seria a consequência maior e final do Vintismo em terras da América Portuguesa, não ecoaria de imediato no Maranhão, pelo menos com a força que seria de esperar; ao invés da fagulha que deveria ter feito detonar instantaneamente o barril de pólvora, foi como uma bomba de ação retardada que levou mais de nove meses para incendiar toda a terra.

A razão disso, afigura-se-nos, está na circunstância de o Maranhão, logo após ter sido reconquistado aos franceses de La Ravardière, ter sido, pela Carta Régia de 13 de junho de 1621, constituído em um segundo estado colonial luso no Novo-Mundo, autônomo e separado do Brasil, e que compreendia, de início, todo o norte, a partir do cabo de São Roque, ou seja do Ceará ao Amazonas. E de assim ter vivido, administrativamente desligado do resto da América Portuguesa, os dois séculos primeiros de sua vida colonial, muito embora no curso dela mudasse de nome e de capital, fosse diminuído em sua extensão, com a perda do Ceará, e acabasse por ser repartido em dois.

Do Estado do Maranhão e Grão-Pará, como o designaria a Carta Régia de 25 de agosto de 1654, ainda com a capital em São Luis, passou a se chamar Estado do Grão-Pará e Maranhão, transferida a sede do governo para a cidade de Belém, de conformidade com as Instruções Régias de 31 de julho de 1751;

a seguir, pela Carta Régia de 20 de agosto de 1772, foi reparado em dois, pelas capitanias-gerais que o integravam, restabelecendo-se a autonomia do Maranhão, com jurisdição apenas sobre a capitania subalterna de São José do Piauí que, por sua vez, seria dele desligada pela Carta Régia de 10 de outubro de 1811.

Pelo interior, separavam-no da capital do outro estado, o Brasil propriamente dito, setecentas léguas de ínvios e desconhecidos sertões e, pelo litoral, até aquele seu limite meridional, as correntes marítimas e os ventos dificultavam as comunicações que, no entanto, se faziam mais rápidas e mais fáceis de São Luis ou de Belém para Lisboa, que para a atual Guanabara. Só com a transmigração da Família Real, em 1808, e o consequente estabelecimento da Corte na cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, é que o Maranhão, e com ele o Grão-Pará, passaria a manter contacto mais íntimo e a se entender regularmente com o sul, por força da subordinação administrativa.

João Ribeiro, cuja autoridade dispensa qualificativos, ao estudar as histórias locais em sua "História do Brasil — Curso Superior" (8), e dividindo-se em grupos, diz: 1.^o) *o Extremo Norte ou o antigo Estado do Maranhão (do Amazonas ao Piauí) que até aos tempos da independência se desenvolveu separadamente do governo geral*. De outra parte, para citarmos um historiador provincial, o Bispo Dom Francisco de Paula e Silva, em seus "Apontamentos para a História Eclesiástica do Maranhão" (9) estranha que *um fato de tal monta, como esse da vinda da família real portuguesa, em busca de asilo nas terras coloniais, quase não teve repercussão no Estado do Maranhão! Nem uma só ata achamos no arquivo, com referência a tão grande acontecimento, acentua o estudioso prelado e se pergunta e responde: donde provir essa indiferença? Parece-nos que das condições do Brasil de então — o Norte, isto é, o que se chamava Estado do Maranhão, vivia a vida da Metrópole, com quase nenhum comércio com Sul, que se chamava Estado do Brasil*.

Parece não poder subsistir qualquer dúvida, portanto, de que os catorze anos de unificação, ou de sujeição, de 1808 a

1822, não chegaram a se fazer bastantes para apagar, de pronto ou de todo, a lembrança dos dois séculos, contados de 1615 a 1808, de integral separação entre o norte e o sul da antiga Terra de Santa Cruz.

E a verdade que se percebe, estudando os fatos, é a de que os filhos da terra, os maranhenses, ou os maioraes dentre eles, que por seu prestígio poderiam ter influído numa atitude decisiva, não viram, de início, alheados que sempre haviam estado da direção provincial, por que tomar partido na luta pela emancipação política que se desencadeara ao sul. Era um problema do outro estado, o do Brasil, que lhes não afetava diretamente os interesses, a eles que, acentuaram ainda Spix e Martius, *nascidos na fartura e na segura posse de bens herdados*, não iriam por certo se arriscar numa luta de resultados imprevisíveis, *preferindo desfrutar a vida no suave bem-estar das fazendas*.

O Príncipe Regente afigurava-se não mais que um inconsequente jovem, arrastado irrefletidamente na inexperiência de sua mocidade, pelos áulicos que o cercavam e o bajulavam mas só pensando e objetivando seus interesses próprios, à incompreensível ignomínia de, traindo ao próprio pai, repartir em dois o tríplice reino que D. João unira o de cuja coroa era ele o próprio herdeiro. José Bonifácio, seu mentor na trama injustificável, se apresentava, dizia-o a imprensa oficiosa de São Luis, como um *Pachá Vitalício* que dominava ao Príncipe para se perpetuar no poder e usufruir as vantagens de uma situação privilegiada.

Ademais, que maior interesse ou melhor vantagem poderia ter o Maranhão em deixar de estar ligado, ou sujeito, a Portugal e a D. João VI, como praticamente sempre o estivera, para se unir, ou subordinar, ao Brasil e a D. Pedro I? Politicamente, tanto fazia ter por metrópole Lisboa ou o Rio de Janeiro, como serem vassallos do pai ou do filho, deste ou daquele Bragança!

E as juntas portuguesas de governo, quer em São Luis, quer em Belém ou em Oeiras, as capitais das três províncias em que se repartira o antigo Estado Colonial do Maranhão, apercebendo-se dessa verdade, exploraram-na inteligentemente o quanto e até quando o puderam.

Ante a prematura e malograda adesão proclamada, a 19 de outubro de 1822, na vila piauiense de Parnaíba, a Junta de São Luís dizia aos maranhenses, conclamando-os a se manterem fiéis a Portugal, que *a divergência de votos e interesses entre as províncias setentrionais e austrais do Brasil dissolve os vínculos sociais que as unia, tanto pelo fundamento geral, como pelas peculiares razões de consanguinidade e vantagens correlativas que ligam os portugueses do Maranhão, do Pará e do Piauí aos portugueses da Europa. E enfatizava — vossos ascendentes e vossos irmãos, pela maior parte, nasceram e existem em Portugal; os habitantes austrais do Brasil apenas são vossos conterrâneos; as proporções elementares e locais que possui o Amazonas e o Itapecuru para se desenvolverem e prosperarem nada carecem das austrais províncias brasileiras; precisam porém muito da cooperação de Portugal; seus gêneros abundam o vosso país, suprem vossas privações; os daquelas províncias do sul tornam-se-vos inúteis porque os possuís em abundância e a sua importação até se vos faz prejudicial porque vos embarga o progresso da agricultura e paralisa a indústria; em Portugal tem consumo vossas produções territoriais, no sul do Brasil não tem mercado; uma franca e suave navegação facilita e perpetua vossas relações com a Europa, a natureza dispôs árdua e perigosa barreira de ventos e torrentes entre estas e aquelas províncias do continente brasileiro.*

Diferentemente não pensava a Junta do Piauí que, respondendo a apelo de adesão que lhe dirigira, da Bahia, o General Pierre Labatut, seria não menos incisiva. Retrucou-lhe que *a situação desta província, e das mais que lhe ficam ao setentrião, lhe prometem maiores vantagens de sua união com a Corte de Portugal, que com a do Rio de Janeiro; a sua correspondência lhe é muito mais fácil com a primeira, por intermédio do Maranhão, que com a segunda pela da Bahia. E acentuava por fim assim lhe tem mostrado recentemente a experiência de quinze anos.*

A Junta do Pará, por sua vez, ressaltava outro aspecto da inconveniência da adesão: a da pretensa superioridade que, no novo Império, se arrogariam as províncias do sul. Ao Bispo D.

Romualdo de Sousa Coelho, eleito deputado às Cortes, em Lisboa, era lembrado que *são argumentos de máxima pujança para a união da Província com Portugal não só as dificuldades naturais de sua posição geográfica comparada com a do Rio de Janeiro, já sentidas por experiência diuturna na comunicação com aquela cidade, mas ainda a mútua rivalidade das Províncias Brasileiras, em ponto de superioridades reais ou supostas e imaginárias.*

Daí por que, estamos convictos, os grandes proprietários maranhenses, muitos deles agraciados com o hábito de Cavaleiro da Ordem de Cristo e desfrutando as honras de alto posto nas Milícias, e presos todos eles por laços de família, se não também por interesses econômicos, a Portugal, não se entusiasmarão, de princípio, com o movimento emancipador que se processava ao sul. Pelo menos, não pode haver dúvida, a maioria dentre eles.

Uma lista de adesão à iniciativa parnaibana do dia 19 de outubro, feita correr em São Luís por Manuel Raimundo Pereira, não lograria mais que noventa assinaturas! Damos a ocorrência como a vimos registrada na imprensa da época; infelizmente, porém, não quis “O Conciliador” nos transmitir o nome dos signatários para que, conhecendo-os, pudéssemos melhor aquilatar da expressão dêsse manifesto, pela qualificação e títulos dos que o subscreveram.

Para neutralizar tal indiferença, mas sem forças para provocar uma iniciativa arriscada e contrária aos interesses imediatistas de cada um, o que havia era a ação subterrânea e comedida, que não escapava à coerção policial, daqueles jovens que, dos bancos universitários na Europa, haviam trazido, com os ensinamentos da “Enciclopédia”, os ideais da Revolução Francesa, e contra os quais alertava “O Censor Maranhense” (10), órgão de imprensa lusófilo, que de sua ação subversiva culpava porém *a perniciosa Coimbra*: E, também, a ação da maçonaria, a que aliás pertenciam muitos daqueles jovens, mas que, à falta de uma Loja que congregasse seus adeptos, não se podia fazer mais eficiente, e o que todavia não impediu “O Concilia-

dor do Maranhão" (11), órgão oficioso, de denunciar a, como chamou, *conspícua irmandade...*, de Rosa-Cruzes, *Veneráveis, Leigos e Donatos!* Nem de mais pronta eficácia se pôde fazer, nesse ambiente, a atividade secreta de emissários do governo imperial, como aquele João Casemiro Pereira da Rocha de Vasconcelos, aparecido estranhamente em São Luis em dezembro de 1822, que se apresentava como Coronel de 1.ª Linha mas que acabou, por suas atitudes suspeitas, por ser preso e mandado para Lisboa, onde se verificaria a identidade de seus documentos; e aquele outro José Raimundo dos Passos de Porbem Barbosa, concomitante e inexplicavelmente surgido em Alcântara, cujas autoridades se apressaram, em face do seu comportamento igualmente suspeito, por pedir sua prisão e deportação.

Assim, o movimento emancipador, no Maranhão, teria tido antes um caráter social. Seria uma luta, não essencialmente política, mas dos pobres contra os ricos, dos deserdados contra os aquinhoados da sorte, enfim daquelas três classes inferiores enumeradas por Gaioso — os *de geração misturada, os negros e os índios*, de peões, vaqueiros, lavradores, escravos e forros contra os donos da terra que, em última análise, eram os reinóis, os que cobravam extorsivamente os impostos, distribuíam parcialmente a justiça e impunham severamente a ordem. E foi à proporção que a vaga nacionalista, transbordando do Parnaíba, avançou e cresceu, que aqueles fazendeiros e comendadores, cavaleiros e coronéis de milícia, se resolveram a aderir; e isso quando, já convictos de que lado estaria a vitória final, viram nela a oportunidade de tomar aos portugueses os postos de mando que sempre haviam inutilmente ambicionado.

Basta, para confirmar nosso ponto de vista, ver a atitude do Tenente-Coronel Manuel de Sousa Pinto de Magalhães, depois no Império agraciado com o título de Barão de Turiagu, e que foi o primeiro Comandante-em-Chefe das tropas realistas aquarteladas em Caxias; dúbio e irresoluto, depois de ter se recusado a acudir ao pedido de ajuda que lhe fizera Fidié, após sua desastrosa vitória no Jenipapo, e de ter dado parte de doente para não marchar contra Roberto José de Moura que dera, a 29 de abril de 1823, o primeiro grito de adesão a quem Par-

naíba (12), preferiu, ao invés de desassombradamente aderir aos nacionais e passar à História como o campeão da Independência na província, deixar-se destituir do posto e ser mandado preso para Lisboa. Ou a do Tenente-Coronel José Félix Pereira de Burgos, depois Barão de Itapecuru-mirim na nobreza imperial que, sendo o Comandante Geral da vila de que receberia o título, só se passou para os independentes, traíndo a seu superior imediato, o Tenente-Coronel Ricardo José Coelho, quando este já discutia com o comandante nacionalista, o Alferes Salvador de Oliveira, as condições de rendição da vila após quatro dias de cerco (13).

Não foi nem um deles, futuros barões ou viscondes, conselheiros ou ministros do Império, a figura maior da luta pela Independência no Maranhão, mas um modesto e obscuro boia-deiro, um pequeno negociante de gado que, atendendo ao chamamento de um irmão, que residia em Campo-Maior, abandonou seu comércio e partiu de Caxias, à frente de apenas seis companheiros, para ir se juntar, no Piauí, às forças imperiais na véspera da batalha do Jenipapo, e já então no comando de oitenta cavalarianos que em verdade eram oitenta bisonhos vaqueiros. Foi ele Salvador Cardoso de Oliveira, baiano de nascimento (14), de há muito radicado na província, e que, por sua bravura, ascendeu, desde após aquele combate, ao posto de alferes.

E quando a Junta independente na vizinha província reconheceu, como o diria a José Bonifácio em ofício, que enquanto o Maranhão *não se ligar à causa do Brasil, o Piauí não pode ter sossego e terá de estar sempre com as armas nas mãos para não vir a ser presa dos seus inimigos*, e decidiu-se consequentemente à iniciativa, a esse boia-deiro, improvisado em alferes, seria confiado o comando de um dos três setores por que feita a invasão.

No Alto-Parnaíba atuaram o Capitão Matias Rabelo, que foi proclamar a independência em Manga de Passagem Franca, no dia 22 de abril, e o Capitão-mor João Caminha que obrigou a vila de São Bento de Pastos-Bons, cabeça do distrito, a aderir

no dia 12 de maio. No Médio-Parnaíba estabeleceu-se o grosso do exército invasor, sob o comando superior do Tenente-Coronel Raimundo de Sousa Martins, que estabeleceu seu Quartel-General na Foz do Poti (15) para ir atacar diretamente a Fidié, entrincheirado em Caxias. No Baixo-Parnaíba a sorte das armas foi entregue ao Alferes Salvador de Oliveira que, depois de ocupar a vila de São Bernardo do Brejo dos Anapurus no dia 16 de maio, marchou, via Manga do Iguará, que fora tomada e saqueada pelo fascinoroso João Ferreira do Couto, Capitão do mato (25.5.1823), até a vila de Itapecuru-mirim, que se lhe rendeu no dia 18 de junho.

Talvez seja de estranhar, mas de qualquer modo oportuno e justo ressaltar, o comportamento de Salvador de Oliveira que, certamente no propósito de angariar simpatizantes para a causa que defendia, ao invés de aprisionar os comandantes realistas que vencia, concedia-lhes, e a seus oficiais, a liberdade, sob o juramento, que muitos não cumpriram, de não voltarem a pegar em armas contra o Império. Assim fez com o Capitão Severino Alves de Carvalho, no Brejo, e com o Tenente-Coronel Ricardo José Coelho, em Itapecuru-mirim.

Com a queda desta última vila, fez-se desesperadora a situação de Fidié em Caxias, já que cortada sua comunicação com a capital; e tanto mais porque logo chegaria, para os piauienses (21.7.1823), o grande reforço da Divisão Expedicionária que, de ordem de D. Pedro, se organizara no Ceará, sob a chefia do Coronel José Pereira Fulgêncio Filgueiras, para ir ajudar ao Piauí, e, depois, forçar o Maranhão à adesão.

Salvador de Oliveira, por sua vez, formalizada em Itapecuru-mirim, no dia 20 de julho, a adesão de toda a província com a constituição de uma junta independente para governá-la provisoriamente, desceu o rio e, fazendo ocupar as localidades do Rosário e Porto das Gabarras e a vila de Viana, pôs em cerco a ilha onde, na capital, a resistência lusa entrara a agonizar, não obstante aí houvesse abortado o golpe pretendido, na noite de 13 para 14 de julho, pelos Tenentes Francisco Antônio da Costa Barradas e José Cursino Raposo e pelo Alferes Joaquim José dos Reis.

Agonizava a resistência lusa porque já não poderia lhe valer a bandeira de *Constituição ou Morte!*, erguida pelo Marechal Agostinho de Faria, haja vista que já chegara aquém Atlântico a desconcertante notícia da Revolução da Vilafranca, de 27 de maio, com que se restabelecera, em Portugal, o regime absolutista. Agora, só a adesão ao Império do Brasil asseguraria, para o Maranhão, a sobrevivência do regime constitucional e chegou-se mesmo, naquele dia 14 de julho, a proclamar em São Luis, mediante Junta Geral de nobreza, clero e povo, a independência, o que no entanto não prevaleceu pela coincidência da chegada à cidade, nesse mesmo dia, de tropas portuguesas que haviam sido expulsas da Bahia (2.7.1823), e com o que se reforçou e confirmou o predomínio militar legitimista.

Salvador de Oliveira, muito embora tivesse às suas ordens quase dois mil homens, sabia quanto temeroso seria provocar uma batalha em campo raso e quanto impossível seria querer tomar a capital de assalto. Seus homens, mal armados e sem oficiais de linha que os dirigissem, seriam fatal e facilmente batidos, como ocorrera no Jenipapo, pelos disciplinados mil e quinhentos soldados que obedeciam ao Marechal Agostinho de Faria, nem teriam como romper a resistência de uma cidade defendida, a par dessa forte guarnição, por três fortalezas, dois navios de guerra e mais oito canhoneiras que policiavam as águas circunjacentes. Preferiu, portanto, esperar que São Luis se lhe rendesse pela fome ou viesse a capitular ante a chegada da Divisão Expedicionária que descreia o rio tão logo Fidié depusesse as armas, porque então seria impossível ao marechal querer continuar resistindo a um inimigo que se contaria, em números redondos, por dez milhares.

Caxias, porém, só seria ocupada a 3 de agosto. E enquanto isso, o anel de cerco, sobre São Luis, se apertava a cada instante; ocupadas que foram por tropas nacionalistas, despachadas de São João da Barra do Parnaíba, as localidades maranhenses de Vila Viçosa de Tutóia, no delta do rio do mesmo nome, e de Icatu, na foz do Munim; ao renitente governo luso da capital só restava uma saída — a fuga para Belém, no Grão-Pará, através de Alcântara e Guimarães que, situadas no

litoral norte, ainda estavam fora do alcance do avanço das forças imperiais.

É então que entra em cena, no palco do Maranhão, o famoso Lord Cochrane — Sir Alexandre Thomas Cochrane, décimo Conde de Dundonald, e que, expulso da marinha real inglesa, se pusera primeiro a serviço da novel República do Chile, na sua luta pela independência e que, alugado nos seus préstimos pelo Brasil, era agora o Primeiro Almirante da nascente força naval do Império.

No dia 26 de julho aponta fora da barra a nau “Pedro I”, capitânea da recém criada marinha brasileira, e porque viesse arvorando a bandeira azul e branco do Reino-Unido, aprisionou facilmente, à traição, o brigue-de-guerra “Infante Dom Miguel” que saíra a reconhecê-la; na madrugada seguinte, após entendimento com elementos de terra a serviço secreto do Império e que haviam ido a bordo na calada da noite (16), fez o almirante ocupar por tropa sua, sem luta, o forte de “Santo Antônio”, na Ponta d’Areia, defronte à cidade; e ao romper da aurora e já dentro da barra, a nau e o brigue hastearam de surpresa, com o apresado forte, o pavilhão verde e amarelo e de pronto as outras duas fortalezas, a do “Baluarte” e a de “São Marcos”, bem assim toda a guarnição de terra, se lhe renderam sem que houvesse a troca de um único tiro.

Fechado assim o cerco em que Salvador de Oliveira pusera a capital, pois que agora interceptada a saída salvadora para Belém, deu-se afinal a Junta por vencida em sua teimosa resistência e, incorporada, foi receber o delegado imperial na rampa de desembarque. E, conforme suas instruções, no dia subsequente, 28 de julho de 1823, às onze horas, proclamou-se solenemente, em São Luis, a adesão ao Império, cerimônia a que no entanto não compareceram quer o Lord Inglês, que se fez representar por seu imediato e comandante da nau, o Capitão de Mar-e-Guerra John Saschville Crosbie, quer o Marechal português que porém não se fez representar.

Essa a data que lei provincial de 6 de maio de 1835, decretando-a feriado (17), consagrou como a da adesão do Ma-

ranhão à Independência, não obstante desde uma semana antes (20/7) já houvesse sido instalado em Itapecuru-mirim a Junta Governativa e Provisória Constitucional para toda a província (18) e só uma semana depois (3/8) cessasse a luta em Caxias.

A Salvador de Oliveira, pelo muito que fizera pela causa e bem mais que qualquer outro, mas porque a sorte lhe houvesse sido madrastra com arrancar-lhe das mãos, no derradeiro instante, a glória maior de receber a rendição da capital, dar-lhe-iam bem pouco: apenas os galões de capitão. E a posteridade lhe perpetuaria o nome numa das artérias de São Luis.

Cochrane por sua vez, senhor absoluto da situação, considerou a cidade como boa presa de guerra e após designar uma comissão trina que se encarregaria de arrolar os bens apresados e que o faria sob as vistas do Capitão Manson e de Mr. Dean, seus compatriotas e homens de confiança, deu por cumprida sua missão e fez-se de volta ao Rio de Janeiro no dia 20 de setembro de 1823. O valor dos bens confiscados — embarcações, mercadorias, escravos, munições e títulos de crédito — somariam, por fim, a fabulosa importância de Rs. 424:196\$461, que foi o preço que cobrou o famigerado almirante inglês pelas quarenta e oito horas, de 26 a 28 de julho, que lhe foram bastantes para receber a capitulação de São Luis, e o que, independentemente de sua chegada, teria fatalmente ocorrido dentro de mais ou menos dias.

Enquanto isso, a Divisão Expedicionária, após a rendição de Caxias, exigiria dos portugueses ali residentes e que haviam alimentado a resistência de Fidié, uma indenização de guerra de apenas Rs. 98:681\$934, que completada com Rs. 1:093\$660 pagos pela Tesouraria da Província, foi tida como bastante para o pagamento dos soldos atrasados de suas tropas, estimadas no fim em oito mil homens, inclusive as forças piauienses que se lhe incorporaram e que havia quatro meses combatiam no Maranhão.

A província aderira à Independência, incorporara-se ao Império, integrara-se na comunidade brasileira, desligando-se definitivamente de Portugal, mas a luta continuaria... E con-

tinuaria porque, em verdade, não fora isso o móvel real, mas apenas o pretexto, com que os grandes de terra se haviam empenhado; o objetivo, a ânsia, a ambição de cada um era fazer-se o dono da situação, apoderar-se, para si e para os seus, dos cargos, dos postos e das vantagens que até então tinham sido monopólio dos lusitanos.

Desencadeia-se então, sem que de fato tivesse havido solução de continuidade, a chamada "Guerra dos Três Bê" — os Bruce, os Burgos e os Belforts, as três famílias mais importantes e que se disputavam acirradamente a hegemonia política e administrativa da província. Aqueles chefiados pelo advogado Miguel Inácio dos Santos Freire e Bruce que conseguiria se eleger presidente da Junta Provisória; os segundos, pelo Tenente-Coronel José Félix Pereira de Burgos que, ao lado da Junta, seria investido no posto de Comandante-das-Armas; os últimos, pelo Coronel Antônio Sales Nunes Belfort que viria a ser o primeiro presidente do Conselho da Província.

Criou-se um clima de insegurança na capital e de completa desordem no interior, tantos eram os bandos armados que se digladiavam, tantas eram as arbitrariedades, perseguições e crimes que se cometiam, e contra o que acabou por se levantar, desiludido e inconformado, o agora Capitão Salvador de Oliveira que, chamando às armas seus antigos comandados, organizou no Rosário uma "Força Armada Contra o Despotismo", com a intenção de marchar contra São Luis.

E a efetivação, por decreto imperial, de Miguel Bruce, no cargo de Presidente da Província, e a do Tenente-Coronel José Félix de Burgos no posto de Comandante-das-Armas, não poria termo, antes mais atizaria, a disputa que se fez mais acesa e cruenta.

Iniciou-se, então, a chamada "Era das Brucinadas", com tropelias, surras, prisões e deportações. Contra as arbitrariedades e crimes cometidos pelos correligionários de Bruce e que eram revidados pelos partidários das hostes contrárias, organizou-se, na vila de Itapecuru-mirim, uma Comissão Expedicionária, sob a chefia do Capitão Francisco Germano de Moraes, Cor

mandante Geral do distrito de Pastos-Bons, secundado pelos Capitães Sebastião Pereira de Carvalho e Salvador Cardoso de Oliveira.

Posta São Luis novamente em cerco e porque faltassem a Bruce soldados de linha para oferecer resistência aos atacantes, mandou ele abrir as portas das prisões e com os assassinos e ladrões delas egressos organizou a defesa, mas criou na capital um clima de insuportável apreensão e de justificado terror. Enquanto isso, no interior cindido pelo ódio político e sem autoridades com condições de manter a ordem, os bandos armados, e muitos deles por conta própria, assaltavam, depredavam, roubavam, perseguiam e matavam; em verdade, estavam sendo plantadas, em campo fértil, as sementes que desabrochariam depois, catorze anos decorridos, na sangueira maior da Balaiada.

Era esta a deplorável situação do Maranhão, e que muito se agravara nos três últimos meses, quando, no dia 9 de novembro de 1824, surgiu no porto de São Luis, pela segunda vez, a nau "Pedro I"; e Cochrane seria recebido e saudado como um Anjo Salvador, principalmente pelas atemorizadas senhoras maranhenses, não poucas dentre elas cobertas de luto.

De fato, sua inesperada presença poria, de imediato, termo à luta com a deposição do Presidente Bruce.

Não fora, porém, como Pacificador do Maranhão que o almirante inglês voltara à terra, e sim para exigir a entrega do que confiscara ou o pagamento em dinheiro do valor respectivo. E a lamentável crise em que encontrava mergulhada e asfixiada a província, facilitar-lhe-ia a execução de seu real desígnio.

Pondo no governo o secretário do presidente deposto, Manuel Teles da Silva Lobo, nele sustentando-o indevidamente e impedindo o novo Presidente nomeado pelo Imperador, o Sargento-mor Pedro José da Costa Barros, de assumir o exercício de seu cargo, pôde Cochrane, com o direito da força representado nas vinte bocas de fogo e nos setecentos homens de guarda da nau, receber o escandaloso preço que impusera em paga de seus poucos serviços. Mas tão bom ou melhor negociata

que marinho (19), acabou por concordar em fazer um pequeno abatimento — só de 75%, satisfazendo-se com apenas uma quarta parte do que exigira — Rs. 106:000\$000 em dinheiro, pagáveis dentro de trinta dias e em cinco módicas e suas prestações!

E seria justamente com o título de Marquês do Maranhão que Sua Majestade Imperial o galardoaria!

Só a 31 de agosto de 1825, após haver Cochrane velejado de regresso a seu país e levando, convertido em letras contra praças da Inglaterra, o dinheiro extorquido ao Maranhão, pôde Costa Barros, que ele fizera exilar em Belém para que não viesse a embarcá-lo no ato da cobrança, regressar a São Luis e assumir seu cargo, nove meses exatamente depois de ter sido nomeado.

Armitage, o seu compatriota que escreveu uma "História do Brasil", condena a Garcia de Abranches, o jornalista de "O Censor" por ter tido a *audácia de estigmatizar o Almirante como pirata e roubador*, mas nosso emérito historiador Varnhagen, em sua "História da Independência", conclui que *nenhum justo reconhecimento cabe ao seu nome por parte da posteridade ao Brasil*. Era, na opinião de Gondim da Fonseca (20), *um pedreiro livre, expulso por ladravaz da Bolsa de Londres...*, *gatuno destemido, uma espécie de Ladrão do mar*, embora ache que *conquistou o norte do país e moldou-o ao sul!*

...

Esta, em resumo, a História da Independência no Maranhão.

História, como vimos, de uma luta prolongada e difícil, rude e sangrenta, e em que, se o espírito de vingança e de vinda, que muitas vezes a animou, dá-lhe páginas enegrecidas e deploráveis, páginas outras, e muitas, há de bravura e heroísmo, cuja beleza épica melhor seriam apreciadas se contadas em verso.

Seja-nos, pois, concedido encerrar a narração breve de nossa história com os versos com que Gonçalves Dias, o poeta maior

da nacionalidade, filho daquela Caxias das Aldeias-Altas, imortalizou o Morro das Tabocas, que ele batisou de Morro do Alecrim (21):

*Que monte além se eleva negrejante!
Em areia a base enterra, e o dorso ingente
De rija pedra mosqueado amostra;
Estéril como ele é, dizer parece
Que a ira do Senhor ardendo em raios
A seve d'hartos troncos — de mil anos
Apagou — consumiu — num breve instante.*

*Mas não; a rubra cor que aí se enxerga
É sangue que correu;
Cada pedra que aí jaz encerra a história
Dum bravo que morreu.*

*E raios mil de guerra em morte envoltos
Já lá do cimo agreste da montanha
Sibilando e gemendo à funda base
Baixaram sussurando.*

*É do povo do Sinai, que o nobre sangue
Independente e forte — em lide acesa
Na arena derramou:
E o filho ainda lá vai cheio de orgulho
Do pai beijando o sangue em largos traços
Que a pedra conservou.*

NOTAS

(01) Divergem os autores quanto ao número exato dos combatentes; segundo o officio do Major Luis Rodrigues Chaves, ao Governo do Ceará, teriam sido, em números redondos, 1.600 realistas contra apenas 2.000 imperiais.

(02) Segundo officio do Coronel Filgueiras ao Governo do Ceará, datado de 5.8.1823, os sitiante totalizariam 9.000 homens; Fidié, em suas "memórias", diz que, dispondo apenas de 700, lutou contra 9.000.

(03) Manuel de Sousa Martins que depois, não tendo o Coronel Simplicio Dias da Silva aceito o cargo, seria o primeiro presidente da Província do Piauí, por nomeação imperial.

(04) O Major Paula Ribeiro deixou escritos: "Roteiro da viagem que fez às capitanias do Maranhão e Goiás no ano de 1815", "Memória sobre as nações gentias que presentemente habitam o continente do Maranhão", "Descrição do território de Pastos-Bons", "Viagem ao rio Tocantins" e "Mapa Geográfico da Capitania do Maranhão que pode servir de memória sobre a população, culturas e causas mais notáveis da mesma capitania — 1819".

(05) Marechal-de-Campo Bernardo da Silveira Pinto da Fonseca, que governou o Maranhão de 24.8.1819 a 16.2.1822.

(06) A primeira edição do "Compêndio" de Gaioso é de P. N. Rougeron — Paris, 1818.

(07) "Viagem pelo Brasil", de Karl Friedrich Philip von Martius e Johann Baptist Spix — 1a. edição brasileira da Imprensa Nacional (Rio de Janeiro, 1938).

(08) Edição da Livraria São José — Rio, 1953.

(09) Edição da Tipografia São Francisco — Bahia, 1922.

(10) "O Censor Maranhense", dirigido por Garcia de Abranches; coleção existente na Biblioteca Pública "Benedito Leite", em São Luis.

(11) "O Conciliador do Maranhão" é o mais antigo órgão de imprensa aparecido na província; apareceu manuscrito a 15.4.1821 e passou a ser impresso, inclusive os números anteriores, a partir de 10.11.1821.

(12) Na vila de São José dos Matões, hoje cidade de Parnarama.

(13) O Tenente-Coronel José Félix de Burgos, explique-se melhor, fora pouco antes, talvez por não merecer integral confiança, demitido do Comando Geral do Distrito.

(14) Salvador Cardoso de Oliveira era natural da vila de Barra do Rio Grande, na região do médio São Francisco, na Bahia, mas estava radicado no Maranhão, onde residia no lugar Cachoeira-Grande, tendo antes vivido em Caxias.

(15) Na foz do Poti, afluente do Parnaíba, levanta-se hoje Terezina, a capital do Piauí.

(16) Foram o Comendador João Antônio de Seabra Perestrelo e o Dr. João Bráulio Muniz, depois Regente na minoridade de Pedro II, os que estiveram a bordo, confabulando com Cochrane.

(17) Atualmente o dia 28 de julho não é mais feriado estadual.

(18) A Junta independente constituída na vila de Itapecuru tinha sete membros, três dos quais ficaram para ser eleitos pelo Senado da Câmara de São Luis, inclusive o Presidente.

(19) Cochrane, em 1814, foi expulso da Marinha Real Inglesa e excluído da Ordem do Banho, com que já fora condecorado, por haver sido pela Justiça condenado a um ano de prisão e multa de 1.000 libras por motivo de ter espalhado, nos meios financeiros, a falsa notícia da morte de Napoleão com o objetivo de dar um golpe na Bolsa de Londres.

(20) "A Revolução Francesa e a vida de José Bonifácio" (Livraria São José — Rio, 1971).

(21) Na primeira edição dos "Primeiros Cantos", de Gonçalves Dias (Laemmert — Rio, 1846).

BIBLIOGRAFIA

A fonte, para este trabalho, foi a "História da Independência no Maranhão", do próprio autor — Prof. Mário Martins Meireles, Chefe do Departamento de História e Ciência das Religiões no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade do Maranhão, editada pela Sub-Comissão Estadual para as comemorações do Sesquicentenário da Independência Nacional. (Editora Artenova — Rio, 1972).